

Mensagens na internet podem sofrer restrição

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta de Eduardo Azeredo que proíbe o envio pela internet de mensagens eletrônicas não solicitadas. As novas regras abrangem mensagens massificadas (*spams*) de natureza comercial ou qualquer outra finalidade. O projeto vai ao exame da Comissão de Ciência e Tecnologia. **Página 7**



Votação do Orçamento caminha para acordo

O impasse entre governo e oposição em torno do Orçamento deste ano pode estar terminando: depois de duas reuniões que duraram mais de quatro horas ao longo do dia e da noite de ontem, líderes partidários praticamente selaram um acordo, pouco antes das 23h, que deve permitir a votação da proposta. Ficou acertado que serão eliminadas as 95 emendas individuais de parlamentares colocadas no Anexo de Metas e Prioridades – motivo de pesadas críticas do PSDB, pois elas teriam beneficiado menos de 16% de todos os deputados e senadores. Os recursos correspondentes serão distribuídos entre os 27 estados. **Página 3**

Leopoldo Silva



Garibaldi (2º à dir.) com líderes: duas reuniões para tentar contornar objeções levantadas pelo PSDB de Virgílio (em pé, à esq.)

Projeto reserva a deficientes 20% de empregos públicos

Projeto que institui reserva de 20% de empregos e cargos públicos para pessoas com deficiência foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. A proposta ainda será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos. **Página 6**

Três assuntos dominaram o debate no Plenário: a ameaça de Paulo Paim e outros senadores de obstruir as votações se não forem examinados projetos que beneficiam os aposentados; o uso de células-tronco em pesquisas; e a resolução da OEA sobre a crise entre Colômbia e Equador. **Páginas 3 e 4**



Geraltto Magalhães

Brasil não controla terra vendida a estrangeiros

O Brasil não dispõe de legislação que assegure o controle sobre as terras que estão sendo compradas ou arrendadas por estrangeiros, afirmou ontem Fernando Queiroz Oliveira, do Departamento de Polícia Federal, em audiência pública no Senado. Também o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, ressaltou a existência de lacunas na lei. **Página 8**

Entrará na pauta do Plenário proposta que determina análise alternada de vetos presidenciais entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal

Maciel anuncia exame de PEC que altera análise de vetos

A proposta de emenda à Constituição que simplifica a análise dos vetos totais e parciais do presidente da República a projetos aprovados pelo Legislativo entrará na pauta de votações do Plenário, anunciou ontem o autor da PEC, Marco Maciel (DEM-PE), após acerto com o presidente do Senado, Garibaldi Alves. A PEC 57/05 determina a análise alternada de vetos entre a Câmara e o Senado.

– Acho que a maneira correta de elucidar a questão é colocando para apreciação nas Casas isoladamente – explicou.

Maciel argumentou que o veto e a medida provisória são duas grandes dificuldades limitadoras

da atividade legislativa. Há hoje 1.070 dispositivos vetados pelo presidente da República, entre projetos inteiros e partes de proposições, aguardando análise. Alguns desses vetos são do ex-presidente Itamar Franco.

Ele ressaltou a insegurança jurídica

que vive o Brasil com o processo de votação não concluído. “Mas, quem sabe na semana que vem teremos um fato novo e positivo sobre a melhoria do desempenho



Maciel resalta insegurança jurídica em que vive o país

Fotos: Gerardo Magela

do Congresso?”

Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou ser favorável à proposição e lembrou a existência de uma comissão para estudar mudanças no Regimento Interno. Ele sugeriu medidas para agilizar a tramitação de matérias, como

por exemplo, a determinação de que um parlamentar só participe da discussão de um projeto se tiver apresentado emenda com o objetivo de alterá-lo.

Jarbas: proposta de reforma não reduz carga tributária



Segundo Jarbas, projeto não deixa claro “quem perde e quem ganha”

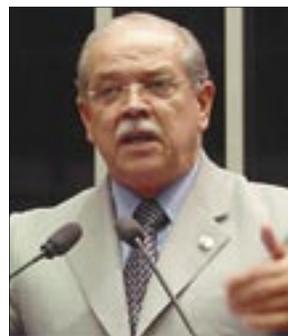
Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) enumerou vários compromissos que ele considera não cumpridos pelo governo federal e criticou a proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso.

O senador avaliou que, na proposta do governo,

“não fica claro quem perde e quem ganha”.

– Uma reforma tributária sem redução da carga tributária, que maltrata e machuca todos os contribuintes brasileiros, é tapeação, é engodo, é farsa, é mais uma conversa fiada do governo federal – afirmou.

César Borges alerta para risco de prejuízo à Bahia



Borges teme que seu estado tenha arrecadação diminuída

Mesmo concordando com a ideia central do projeto de reforma tributária encaminhado pelo Executivo, César Borges (PR-BA) manifestou preocupação com a possibilidade de seu estado sofrer prejuízos se for aprovada a transferência integral do repasse do ICMS

para o ponto final de venda dos produtos.

– A Bahia deverá ter sua arrecadação diminuída, uma vez que tem superávit na balança comercial com outros estados – disse. O senador defendeu a proposta de dispositivo que prevê a constituição de dois fundos de equalização de receitas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso vota Orçamento de 2008

Às 10h, terá início a sessão do Congresso. Na pauta, a votação da proposta de Orçamento para 2008. A sessão do Senado, às 14h, é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias e projetos de lei de conversão.

Biodiesel em debate na Comissão de Infra-Estrutura

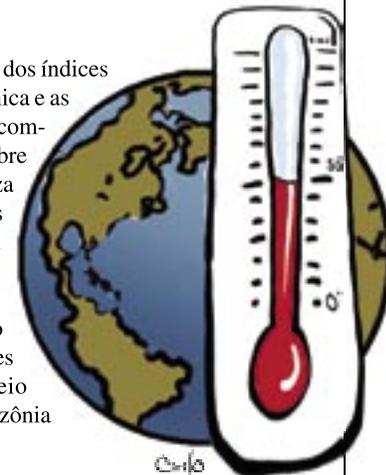
A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) discute e vota dez projetos a partir das 10h. Na pauta, dois projetos de lei que dispõem sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.

Subcomissão de Direitos das Mulheres

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se para a instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres. Em seguida, a subcomissão debate a atuação da mulher nos espaços de poder com várias convidadas, como as ministras da Casa Civil, Dilma Rousseff; e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie.

Mudanças climáticas

Com objetivo de debater o aumento dos índices de desmatamento da Floresta Amazônica e as ações que o governo irá adotar para combatê-lo, a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas no Brasil realiza audiência pública às 11h. Entre os convidados estão a chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Derli Dossa, e o diretor do Departamento de Articulação e Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, André Rodolfo Lima.



Fundo do meio ambiente

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne às 11h para analisar quatro itens. Na pauta, projeto que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, priorizando os projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

Operações de paz

Projeto que dispensa de licitação a aquisição de bens e serviços destinados aos militares em operações de paz no exterior será votado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) às 10h. Também está na pauta proposta sobre reciprocidade na concessão de prazos de permanência a estrangeiros.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Magno Malta, Papaléo Paes, João Pedro, Romeu Tuma e Augusto Botelho

Geraldo Magela



Geraldo Magela



Tião Viana defende análise do mérito da questão. Valadares acredita que vidas serão salvas

Senadores debatem uso de embriões humanos em pesquisas

Paralelamente ao julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), senadores debateram em Plenário a utilização de células de embriões humanos congelados há mais de três anos e inviáveis para fins de reprodução assistida em pesquisas científicas.

A maioria dos senadores se disse favorável às pesquisas, mas opinião contrária também foi manifestada durante a discussão.

Quem apoiou o uso de embriões humanos nos estudos com células-tronco ressaltou a lisura, a qualidade do trabalho e a realização de audiências públicas para consultar cientistas, religiosos, entre outros, sobre a elaboração da Lei de Biossegurança. Nesse grupo estão os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Delcídio Amaral (PT-MS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor da emenda que regulamenta o uso dos embriões na pesquisa científica.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também defendeu a utilização dos embriões congelados há mais de três anos, como diz a lei, e frisou a necessidade de não se confundir “pecado” com “crime”. Nessa linha, o senador

Tião Viana (PT-AC) avaliou que o debate deve ser de mérito, e não constitucional.

Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) citou pesquisa do Ibope, encomendada pela ONG Católicas pelo Direito de Decidir, segundo a qual 95% da população é favorável à liberação das pesquisas. Ele acredita que o uso de células-tronco vai “melhorar substancialmente a saúde de muitos brasileiros e salvar vidas”.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a Lei de Biossegurança por considerar que ela “não foge do âmago de todo princípio religioso, que é o amor”. Relator da proposta na Comissão de Educação, o senador Osmar Dias (PDT-PR) também entende que a lei poderá salvar vidas.

Único a se posicionar contrário ao uso de células de embriões, o senador Flávio Arns (PT-PR), que votara contra a Lei de Biossegurança, argumentou que a vida começa no momento da concepção e que não é papel dos médicos apontar a inviabilidade dos embriões. Na sua opinião, caberia até processo contra médicos que descartarem embriões no lixo.

Pedido de vista adia julgamento no STF sobre Lei de Biossegurança

A esperada decisão do STF sobre a constitucionalidade do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas foi adiada por pedido de vista do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que vai fazer uma “reflexão profunda” sobre o assunto. O pedido foi feito depois de o relator, ministro Carlos Ayres Britto, apresentar seu voto contrário à ação direta de inconstitucionalidade (Adin) e favorável à liberação das pesquisas por considerar que “o embrião fora do útero não se classifica como pessoa”.

– Devolver à plenitude pessoas que tanto sonham não seria abrir para elas a fascinante experiência de um novo parto através das

células tronco-embriônicas? Julgo totalmente improcedente a presente ação direta de inconstitucionalidade – declarou Ayres Britto, manifestando respeito (vênia) pelos que pensam de maneira diferente.

Menezes Direito tem 30 dias para apresentar seu voto, mas a presidente do Supremo, ministra Ellen Gracie, já avisou que é favorável a uma rápida finalização do julgamento e ainda adiantou seu voto a favor da liberação das pesquisas.

A Lei de Biossegurança, aprovada pelo Congresso em 2005, só abriu a possibilidade de pesquisas com células de embriões congelados há mais de três anos.

Depois de longas reuniões, líderes decidem eliminar emendas no valor de R\$ 534 milhões apresentadas ao Anexo de Metas e Prioridades e tentar votar texto final hoje às 10h

Orçamento fica sem 95 emendas e mais próximo da votação final

Depois de duas reuniões que duraram mais de quatro horas ao longo do dia e da noite de ontem, líderes partidários caminharam para um acordo, pouco antes das 23h, que pode permitir a votação do Orçamento de 2008 hoje ou, no mais tardar, na próxima terça-feira. As reuniões foram dirigidas pelo presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves Filho.

Ficou acertado que serão eliminadas do Orçamento as 95 emendas individuais de parlamentares colocadas no Anexo de Metas e Prioridades, motivo de pesadas críticas do PSDB. As emendas teriam beneficiado menos de 16% de todos os deputados e senadores.

Líderes da base do governo conseguiram convencer integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que os R\$ 534 milhões destinados a projetos e programas citados no Anexo de

Metas sejam distribuídos entre os 27 estados. Para isso, as bancadas estaduais vão indicar os novos projetos que querem ver no Orçamento.

O PSDB e o DEM concordaram a princípio com a redistribuição das verbas, mas querem ver os cálculos sobre quanto cada estado receberá. Os cálculos ficaram prontos à noite e serão apresentados aos líderes opositores às 9h de hoje.

Sessão

À espera do acordo, Garibaldi Alves adiou para as 10h de hoje a sessão do Congresso convocada para ontem para votar o Orçamento. Os líderes do PSDB e do DEM no Senado, Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN), respectivamente, disseram à noite à imprensa que preferem a sessão na próxima terça-feira pois, assim, terão tempo para examinar a solução sobre o Anexo de Metas.

– Na prática, o Anexo de Metas deverá ser extinto – afirmou em entrevista, depois da última reunião do dia, às 22h30, o líder do PT na Câmara, deputado Maurício Rands (PE). Para ele, o importante é que o Orçamento seja votado com rapidez, depois de 80 dias de atraso provocado pelo fim da cobrança da CPMF, que retirou R\$ 39 bilhões das receitas federais.

Ao deixar o Senado à noite, Garibaldi Alves disse acreditar que “o bom senso vai prevalecer” na reunião de hoje entre os líderes da base do governo e da Comissão de Orçamento com as lideranças do PSDB e do DEM.

Garibaldi também afirmou que vai aproveitar a sessão do Congresso para ler os nomes indicados para a CPI dos Cartões Corporativos. A votação dos vetos presidenciais, prevista para hoje, foi adiada.

Senadores comemoram solução de crise no continente

Os senadores comemoraram a aprovação unânime, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), de resolução que significou uma saída diplomática para a crise entre Equador e Colômbia. O documento reafirma o princípio da inviolabilidade de um Estado e cria uma comissão para visitar o local do conflito. Nova reunião foi marcada para 17 de março.

No sábado, a invasão do território equatoriano pelo Exército da Colômbia, em uma ação contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), resultou na morte do vice-líder do movimento guerrilheiro, Raúl Reyes, e de mais 16 integrantes do grupo.

Aloizio Mercadante (PT-SP) parabenizou a agilidade da OEA e

informou que apresentará voto de aplauso à entidade. Destacou ainda o empenho do presidente Lula em convocar a OEA e convidar o presidente equatoriano, Rafael Correa, a Brasília. Segundo o senador, Lula fez o mesmo convite ao presidente colombiano, Alvaro Uribe.

Gerson Camata (PMDB-ES) cumprimentou Lula por ter aconselhado Correa “a se manter longe das Farc caso queira ter o apoio do Brasil no conflito com a Colômbia”. O senador, porém, demonstrou irritação pelo fato de Correa ter reconhecido que dá abrigo às Farc e pela afirmação de que o Brasil teria bases das forças.

Heráclito Fortes (DEM-PI) apoiou a resolução da OEA, mas

acrescentou que o Brasil “não pode se dobrar a caprichos de presidentes de Estados vizinhos que querem se impor com agressões baratas”, referindo-se ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltou que Chávez é “um empecilho” à integração regional por não ter compromisso com a democracia. João Pedro (PT-AM) lembrou que o presidente Lula já condenou a atuação das Farc. Observou, porém, que a presença militar norte-americana na Colômbia não colabora para a paz na região. Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou uma “posição firme” do governo brasileiro contra as Farc e disse que Chávez é um “agente de instabilidade permanente”.

Almeida Mariz



Geraldo Magela



Geraldo Magela



Heráclito, Mercadante e Camata destacam esforços diplomáticos da OEA que resultaram na solução do conflito entre Colômbia e Equador

Nery protesta contra empresa multinacional

José Nery (PSOL-PA) protestou contra a multinacional de origem francesa Ymerys Rio Capim Caulim, responsável por um desastre ecológico em Barcarena, no Pará.

Segundo o senador, dezenas de famílias de ribeirinhos e pescadores estão sendo prejudicadas por um vazamento de caulim (argila) no rio das Cobras; nos igarapés Curuperê, Dendê e São João; e na praia de Vila do Conde.

Arthur Virgílio quer voto de louvor a Zico

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) pediu voto de louvor a Arthur Antunes Coimbra, o Zico, por ter levado o time de que é técnico, o Fenerbahce, às quartas-de-final da Liga dos Campeões da Europa.

O Fenerbahce também conta com os brasileiros Wederson, Mehmet Aurélio, Alex, Edu Dracena e Deivid. Zico, de 55 anos, foi o técnico da equipe do Japão na Copa do Mundo de 2002.

Crivella saúda vencedores de olimpíada

Marcelo Crivella (PRB-RJ) parabenizou os 300 estudantes premiados na 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Participaram da olimpíada 17 milhões de alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, mais os do médio.

Crivella fez homenagem especial a Ricardo de Oliveira da Silva, que recebeu pela segunda vez medalha de ouro na Obmep.

Defensor das questões de interesse dos inativos, senador alerta que ele e outros colegas poderão obstruir deliberações do Plenário caso as proposições não sejam apreciadas

Paim cobra urgência para votação de projetos que beneficiam aposentados

O senador Paulo Paim (PT-RS) encaminhou ontem à Mesa do Senado requerimentos pedindo que dois projetos de sua iniciativa sejam votados com urgência no Plenário: o PLS 58/03, que recompõe o poder aquisitivo dos beneficiários de aposentados e pensionistas; e o PLS 296/03, que modifica o cálculo dos benefícios da Previdência. Paim reclamou da demora na apreciação

de ambas as matérias e disse que ele e outros senadores podem chegar a obstruir as votações no Plenário caso os projetos não sejam votados.

— É um movimento suprapartidário. São senadores que estão dispostos a fazer um apelo. Votamos a questão dos aposentados ou não votamos nada. Talvez seja a primeira vez no Senado que a obstrução não será feita pelos líderes partidários — afirmou.

Se aprovados os dois projetos, informou o parlamentar, mais de 50



Paulo Paim reclama da demora no exame de duas propostas



Jucá: atraso em parecer se deveu a exame de matéria na Câmara

milhões de brasileiros serão beneficiados. Ele também pediu agilidade na votação do PLC 47/07, que trata da política de reajuste do salário mínimo. Paim disse que emenda apresentada ao projeto estende aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste concedido ao mínimo. Mão Santa (PMDB-PI) apoiou, em aparte, a reivindicação de Paim.

Explicação de Jucá

Em seguida, o líder do governo no Senado, Romero Juca (PMDB-RR),

explicou da tribuna que o atraso na conclusão do seu relatório sobre o PLS 58/03 se deveu a apreciação, na Câmara, de projeto do Executivo que estabelece, no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), uma política de valorização do salário mínimo até 2023.

Referindo-se à questão da correção das aposentadorias pelo salário mínimo, Jucá alertou para o risco de se interromper a política de recuperação do mínimo que vem sendo implementada pelo governo.

Jucá informou ainda que já acertou com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), a inclusão do projeto na pauta da reunião de terça-feira. Em aparte, Paim se declarou favorável a transformar o PLS 58/03 em proposta de emenda constitucional concedendo aposentadoria integral a todos os trabalhadores.

Mário Couto defende exame de proposta pelo Plenário

Mário Couto (PSDB-PA) defendeu ontem a apreciação em Plenário do projeto de lei de Paulo Paim que garante às aposentadorias e pensões o mesmo índice de correção do salário mínimo.

Devido ao fato de o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, Romero Jucá, não ter concluído o relatório num prazo de cinco meses, Mário Couto, apoiado em apertes por vários senadores, apresentou, em seu pronunciamento, pedido de reunião com o presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, para tratar do encaminhamento do projeto para votação em Plenário.



Mário Couto sugere reunião com presidente do Senado para tratar do encaminhamento

CAS promoverá audiências sobre salário mínimo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento de Paulo Paim para realização de audiência pública sobre o salário mínimo e seu impacto na sociedade e na renda dos aposentados. Paim está preocupado com a situação dos aposentados, que têm recebido reajustes bem menores que os aplicados ao piso salarial. O senador também conclamou a Comissão de Assuntos Econômicos a votar sua proposta que concede às aposentadorias o mesmo reajuste do mínimo.

— São 9 milhões de aposentados em situação desesperadora, porque ganham acima do salário mínimo, mas estão vendo seus benefícios minguarem por receberem reajustes em percentagens ainda menores que aquelas concedidas ao salário mínimo.

Paim propôs convidar para a audiência autoridades dos ministérios do Trabalho e da Previdência, e representantes das centrais sindicais e confederações de trabalhadores.

Mão Santa: estudo diz que em 2030 inativos receberão só o piso

Mão Santa (PMDB-PI) citou ontem, em discurso, matéria do jornal *O Estado de Minas* com estudo do advogado Lasaro Cândido da Cunha afirmando que, até 2030, os rendimentos de todos os aposentados brasileiros estarão reduzidos ao salário mínimo, mesmo os que atualmente recebem valores maiores.

O senador condenou os critérios de reajuste das aposentadorias adotados pelo governo, sempre em um índice inferior ao do mínimo, o que prejudica os idosos. Mão Santa criticou o presidente Lula por ter reduzido o percentual de reajuste aprovado pelo Congresso, de 16,7% para 4%.



Mão Santa critica decisão de Lula que reduziu reajuste de 16,7% para 4%



Suplicy desafia diretor da TV Globo a debate

Suplicy contesta crítica de jornalista ao Bolsa Família

Eduardo Suplicy (PT-SP) desafiou ontem, em discurso, o diretor de jornalismo da TV Globo, Ali Kamel, para um debate sobre o programa Bolsa Família. O senador mostrou-se indignado com artigo de Kamel no jornal *O Globo*, no qual o jornalista critica o programa por estarem os beneficiários utilizando os recursos recebidos para comprar eletrodomésticos.

— Quem é que sabe, senhor Ali Kamel, qual a necessidade de ser humano senão o próprio ser humano? — indagou, visivelmente emocionado.



Valter Pereira destaca momento econômico vivido pelo Brasil

Valter pede que governo rediscuta dívida dos estados

Ao ressaltar o momento econômico vivido pelo Brasil, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) sugeriu que o governo federal rediscuta o endividamento dos estados e municípios.

Na avaliação do parlamentar, a União pode e deveria repartir com os entes federados os efeitos positivos decorrentes da estabilidade econômica e da classificação internacional alcançada pelo Brasil para riscos de investimento (*investment grade*), depois que o país saldou sua dívida externa.

Eletrobrás deve firmar parcerias internacionais, afirma Delcídio

Para Delcídio Amaral (PT-MS), a Eletrobrás deve ser autorizada a ter participação majoritária em projetos empreendidos em conjunto com empresas privadas ou públicas.

– Não estou fazendo apologia de estatismo, porque o setor privado tem ocupado um papel fundamental na geração, na transmissão e na distribuição de energia nos estados brasileiros, mas a Eletrobrás precisa recuperar seu papel – disse.

O caminho para isso, acrescentou, é a aprovação do Projeto de Lei de Conversão 1/08, proveniente da Medida Provisória 396/07.

Delcídio Amaral ressaltou que a modificação na legislação permi-



Delcídio sugere que Eletrobrás tenha atuação semelhante à da Petrobras

tirá à Eletrobrás atuar nos moldes da Petrobras, firmando parcerias internacionais e colocando-se em condições de participar de projetos de integração energética no Mercosul.

Antonio Carlos Júnior alerta para o risco de apagão energético

Ao citar relatório dos técnicos Bolívar Pego e Carlos Álvares da Silva Campos Neto, ambos do Ipea, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) alertou para o risco de racionamento de energia elétrica no país nos próximos três anos. Mesmo com os investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o senador acredita que o Brasil continuará a correr um sério risco de “apagões” devido ao possível déficit de energia.

– Segundo fui informado, a situação deverá estar crítica a partir de 2010. Dados indicam que o setor apresentará risco de



Relatório prevê situação crítica a partir de 2010, observa senador

déficit de 4,5% no ano. Já em 2011, a previsão desse déficit é de 10%, o dobro do que o mercado aceita como limite – advertiu o senador.

Tuma: Sistema Nacional de Mobilização reforça segurança

Romeu Tuma (PTB-SP) chamou a atenção para a importância da entrada em vigor da Lei 11.631, que cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob). Tuma foi relator do projeto, aprovado em dezembro pelo Senado.

– A mobilização nacional configura um mecanismo de defesa que envolve todas as expressões do poder, em um processo amplo e global, visando à criação de mecanismo de defesa contra possíveis agressões estrangeiras – explicou o senador.

O Sinamob será integrado por sete ministérios, além da Casa Civil, do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratég-



Romeu Tuma foi relator do projeto, aprovado pelo Senado em dezembro

gica da Presidência da República, sob comando do Ministério da Defesa. A lei estabelece que a fase de preparo da mobilização nacional deve iniciar-se em situação de normalidade civil.

Ex-sindicalista contesta denúncia de participação na compra de um dossiê que conteria informações prejudiciais a candidatos da oposição no pleito de 2006, em São Paulo

Lorenzetti nega na CPI das ONGs que tenha intermediado recursos

O ex-dirigente da Unitrabalho Jorge Lorenzetti – amigo do presidente Lula – negou ontem, na CPI das ONGs, que tenha feito qualquer intermediação junto ao atual governo no sentido de obter recursos federais para a entidade. Ele também negou participação na elaboração de projetos em comum acordo com o Palácio

do Planalto, no período em que esteve à frente da Unitrabalho.

– Não sei quanto o governo Lula repassou à Unitrabalho e não conheço sequer um projeto envolvendo a ONG e o Palácio do Planalto – resumiu Jorge Lorenzetti, afirmando que, na entidade, exercia apenas “um trabalho técnico profissional”.

Ele disse que não passam de



Inácio Arruda (E) e Raimundo Colombo ouvem depoimento de Lorenzetti

“calúnia e difamação” notícias de que participara da compra de um dossiê que teria informações prejudiciais a candidatos da oposição no último pleito, em São Paulo.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou a Lorenzetti um pedido, por escrito, no qual solicitava ao depoente autorização para a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e

telefônico dos últimos cinco anos. A base do governo protestou e Sibá Machado (PT-AC) chegou a classificar a solicitação de um “constrangimento”. Pela legislação, não é permitido pedido de quebras de sigilo de depoentes que estão em CPI na condição de testemunha, como era o caso de Jorge

Lorenzetti.

O ex-sindicalista, que não atendeu à solicitação, afirmou que todos os seus sigilos já foram quebrados pela Polícia Federal e pela Receita Federal, e que não encontraram nada que o incriminasse. Na próxima semana, a CPI vota a transferência, para o colegiado, de todas as quebras dos sigilos de Lorenzetti.



Cristovam (D) dirige audiência pública sobre fundações na Comissão de Educação

Cristovam defende as fundações universitárias, mas critica abusos

Em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), defendeu a importância das fundações para resolver problemas decorrentes da “atual falta de autonomia das universidades”, mas condenou o uso indevido de seus recursos.

Cristovam classificou de imoral a aplicação de dinheiro da Finatec

– fundação ligada à Universidade de Brasília (UnB) – na reforma e decoração do apartamento funcional onde morava o reitor Timothy Mulholland.

O vice-presidente da Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), José Ivanildo do Rego, citou como ação positiva dessas fundações os contratos de pesquisa sobre prospecção de petróleo.

Alvaro insiste na quebra de sigilos de dirigentes da Finatec

O desvio de verbas da pesquisa científica (cerca de R\$ 500 mil) para a decoração do apartamento do reitor da UnB foi novamente condenado

por Alvaro Dias (PSDB-PR). Os gastos, pagos com recursos da Finatec, estão sendo apurados na CPI das ONGs, mas os senadores governistas estariam resistindo, segundo Alvaro, a quebrar o sigilo dos diretores da fundação e de outras pessoas envolvidas.

– Insisto em que o governo coopere para que possamos comprovar os abusos cometidos não só na UnB, mas também em instituições e prefeituras de várias cidades – disse o senador.



Alvaro Dias

Brasília recebe título de Capital Americana da Cultura 2008

Na condição de presidente da CE, Cristovam Buarque recebeu ontem o presidente do Bureau Internacional de Capitais Culturais,

Xavier Tudela i Penya, e o diretor da Organização Capital Brasileira da Cultura, Mário Vendrell. Eles convidaram o senador a participar

da cerimônia de outorga do título Brasília Capital Americana da Cultura 2008, realizada ontem no Teatro Nacional.

Jane Araújo



Presidente da Casa inaugura novos equipamentos na Gráfica do Senado

Garibaldi: "Eu quero um Parlamento melhor"

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, inaugurou ontem três equipamentos de impressão na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, quando afirmou que a Casa não merece ter uma imagem tão desfavorável junto à opinião pública. Ele pediu aos servidores que não descuidem do patrimônio mais valioso do Legislativo: sua honra e dignidade.

Garibaldi recomendou que a instituição trabalhe para que os servidores dela se orgulhem e disse que o Senado não merece o desgaste por que vem passando, já que, por ser uma instituição centenária, deveria estar entre as mais respeitadas.

Para restaurar a imagem da Casa, o senador sugeriu a votação rápida do Orçamento, a deliberação sobre vetos, a reestruturação do Conselho de Ética e a supe-

ração da ideia de que políticos só tratam dos próprios interesses, menores.

– Se tiver alguém aqui que não esteja pensando em engrandecer o Senado, deve ser uma minoria. A maioria silenciosa precisa gritar: "Eu quero um Parlamento melhor!" – afirmou.

Efraim Morais (DEM-PB) Romeu Tuma (PTB-SP), Papaléo Paes (PSDB-AP), Serys Slhessarenko (PT-MT), José Nery (PSOL-PA) e Flávio Arns (PT-PR) acompanharam Garibaldi no descerramento das placas da inauguração, que teve a presença do diretor-geral Agaciel Maia e do diretor da Gráfica, Júlio Pedrosa.

Na ocasião, como 1º secretário, Efraim Morais comentou que a venda da folha de pagamento do Senado pode permitir o andamento de obras na Casa ainda na gestão de Garibaldi Alves.

Imagem da Casa preocupa Papaléo

Ao concordar com o discurso de Garibaldi Alves na Gráfica, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) sugeriu aos demais senadores que abracem a recuperação da imagem da Casa junto à opinião pública.

– O Senado não é feito apenas pelos 81 senadores, que são temporários, mas por inúmeros servidores abnegados que dão apoio ao trabalho parlamentar. Essas pessoas são dignas e têm que ser respeitadas – destacou.



Papaléo Paes apóia Garibaldi e pede respeito aos servidores

Papaléo pediu ainda à imprensa que, ao flagrar o mau comportamento de um senador, não dirija ataques à Casa e a seus servidores e respeite os parlamentares que valorizam os votos que receberam.

Genaldino Magela

Além de assegurar um em cada cinco empregos públicos para pessoas com deficiência, projeto que recebeu aval da CAS garante gratuidade em inscrições para concursos públicos a esses cidadãos

Pessoas com deficiência poderão ter 20% das vagas no serviço público

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que fixa em 20% o percentual de empregos e cargos públicos a serem reservados para pessoas com deficiência. A proposta assegura a esses candidatos, ainda, gratuidade de inscrição em concursos públicos.

O projeto (PLS 382/03), de autoria do então senador Rodolpho Tourinho, determina que os candidatos aprovados no concurso, com e sem deficiência, serão nomeados alternadamente.

A matéria, que foi relatada na CAS pelo senador Expedito Júnior (PR-



Na reunião presidida por Flávio Arns (E), CAS aprovou também pensão a soldado

RO), segue para votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde pode ser aprovada definitivamente.

A CAS aprovou, ainda, parecer favorável do senador Romeu Tuma

(PTB-SP) a projeto do Executivo que pede a concessão de pensão de R\$ 600 mensais à mãe do soldado Roberto Vicente da Silva. O militar foi morto nas dependências do 10º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa (RJ), no dia 25 de janeiro de 1972, "por militares em pleno exercício de suas funções", conforme justificação da mensagem do Executivo.

A proposta (PLC 108/07) segue direto para deliberação do Plenário, a requerimento dos senadores Romeu Tuma, Marcelo Crivella (PRB-RJ), Gim Argello (PTB-DF) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

CAS vai discutir alternativas de adoção

A CAS decidiu ontem que vai realizar reuniões para instruir o projeto (PLS 658/07) que regulamenta a profissão de economista e para, junto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, discutir melhores alternativas de adoção de crianças.

A comissão apoiou ainda pedido de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para realização de homenagem ao estudante Ricardo, portador de deficiência, que ficou entre os 300 melhores de 17 milhões de alunos nas Olimpíadas de Matemática.

Congressistas debatem desmatamento

O aumento do desmatamento da Floresta Amazônica e as ações que o governo irá adotar para combater essa prática serão temas de reunião hoje, às 11h, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas. A comissão tem o senador Renato Casagrande (PSB-ES) como relator.

Participam do debate representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Presidentes do Senado e da Câmara em evento contra trabalho escravo

O presidente da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, senador José Nery (PSOL-PA), informou ontem que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, confirmou presença em ato pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 438/01, que dispõe sobre desapropriação de propriedades rurais onde for comprovada a prática de trabalho análogo ao de escravo.

Ainda de acordo com o presidente da subcomissão – que funciona no âmbito da CDH –, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, também deve participar do evento, previsto para a próxima quarta-feira, na Câmara.



A José Nery (E), Garibaldi confirma presença em ato pela aprovação de PEC sobre desapropriação

– É o tipo de matéria em que, sem a busca de consenso, não teremos êxito – ressaltou José Nery.

Aprovado requerimento de pesar pela morte de Océlio de Medeiros

A pedido do senador Tião Viana (PT-AC), o Plenário aprovou ontem voto de pesar pela morte do escritor, poeta, professor, advogado e ex-deputado federal Océlio de Medeiros, ocorrida na terça-feira.

Océlio morreu em Brasília, aos 90 anos. Foi deputado federal pelo PSD do Pará, de 1959 a 1967. Neto de Benedito Monteiro – um dos coronéis da Revolução Acreana de 1903 –, ele dedicou mais de 50 anos à pesquisa

sobre Plácido de Castro.

Viana destacou que Océlio trabalhou no Gabinete Civil da Presidência da República nos governos Eurico Gaspar Dutra, Café Filho, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek. Foi ainda consultor jurídico da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O ex-deputado publicou vários livros, primeiro nas áreas de Direito e Economia, e depois como poeta.

Jane Araújo



"Brasília tem uma história própria, de heroísmo, audácia e determinação"

Adelmir: Brasília é exemplo de qualidade de vida

Adelmir Santana (DEM-DF) rebateu artigo de Roberto Pompeu de Toledo, intitulado "Brasília, essa desgraçada" e publicado pela revista *Veja*, que apresenta críticas à capital federal. Ao mesmo tempo em que considerou as críticas injustas, o senador elogiou a vida e a população do Distrito Federal, apontadas por ele como exemplo para outras partes do país em termos de respeito ao pedestre e de qualidade de vida.

– Brasília tem uma história própria, uma história de heroísmo, audácia, determinação e um espírito do pioneirismo épico.



Magno Malta diz que o caminho para deixar o crime é a vida espiritual

Malta homenageia pastores que recuperam drogados

Magno Malta (PR-ES) homenageou um grupo de pastores evangélicos responsáveis por trabalhos de recuperação de drogados e criminosos. Os religiosos visitavam o Plenário do Senado, quando ouviram o parlamentar, que também é evangélico, defender a tese de que o caminho para deixar o crime é a vida espiritual.

Malta apresentou aos senadores o pastor Marco Pereira, responsável por um trabalho de reeducação de presidiários no Rio de Janeiro; o cantor Vaguinho, do grupo Morenos, ex-drogado; e o pastor Cizinho, de Santa Catarina.

Proposta de Eduardo Azeredo estabelece regras para *spams* de natureza comercial ou com qualquer outra finalidade

CCJ aprova restrição a mensagem na internet

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta substitutiva de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que proíbe o envio de mensagens eletrônicas não solicitadas por meio da internet. Estão enquadradas nas regras mensagens massificadas (*spams*) de natureza comercial ou com qualquer outra finalidade. O infrator poderá ser enquadrado em crime de falsidade ideológica e ficar sujeito a pena de um a cinco anos de reclusão se usar meios que impeçam ou dificultem sua identificação, além de recursos para inibir o bloqueio automático das mensagens ou o rastreamento delas.

O substitutivo foi elaborado a partir do exame de três projetos que tramitavam em conjunto na CCJ desde o ano passado. A votação foi antecedida de acordo com governistas para alterações no relatório inicialmente apresentado pelo relator. Anteriormente, o texto proposto tratava apenas de mensagens comerciais massivas não solicitadas. Com as alterações, inclusive com a participação do Ministério da Justiça, passou a abranger todos os tipos de mensagens que não sejam autorizadas pelo destinatário.

Contato prévio

O envio das mensagens passa a ser permitido somente em duas situações: mediante expressa autorização do receptor ou quando tiver ocorrido contato anterior entre as partes que possa ter caracterizado a permissão. Como



Azeredo (C) fala na reunião da CCJ, ao lado de Flexa Ribeiro (E), Jarbas Vasconcelos, Antonio Carlos Júnior e César Borges

exemplo dessa última hipótese, podem ser incluídas situações em que tenha havido troca de cartões de apresentação entre os envolvidos ou a pessoa tenha registrado por livre vontade seu endereço eletrônico em listas organizadas pelo remetente.

O relator ofereceu parecer pela aprovação do projeto de lei apresentado pelo então senador Duciomar Costa, o PLS 21/04. Foram rejeitados o PLS 36/04, defendido por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), e o PLS 367/03, de Hélio Costa (PMDB-MG), senador licenciado. Os projetos ainda serão examinados na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), quando vão receber decisão terminativa.

Marketing

Eduardo Azeredo afirma que o principal objetivo da proposta foi regular o *marketing* eletrônico. Segundo ele, o uso do *e-mail* para fins mercadológicos é legíti-

mo, mas encontra-se comprometido pela atuação abusiva dos *spammers*. Ao enviar mensagens, as empresas deverão enviar seu endereço físico e eletrônico. Além disso, o *e-mail* deve conter mecanismo que permita ao destinatário bloquear novas mensagens. A infração a essas regras pode resultar em multas administrativas de R\$ 50 a R\$ 100. Proprietários de bancos de dados não poderão divulgar nem colocar essas informações à disposição de terceiros sem prévia autorização das pessoas listadas. Nesse caso, a multa deve variar entre R\$ 500 e R\$ 1.000.

O envio de mensagens com nomes falsos ou burlas ao bloqueio e ao rastreamento dos *e-mails* fica caracterizado como crime de falsidade ideológica. A proposta contém dispositivo para alterar o Código Penal (DL 2.848, de 1940) e permitir o enquadramento dos infratores nesse tipo de crime.

Prioridade a doente grave em processo judicial

A CCJ acolheu ontem proposta que dá prioridade, em processos judiciais e administrativos, aos portadores de doenças graves e aos idosos a partir de 60 anos. Aprovado na forma de um substitutivo, o projeto (PLS 145/04) ainda terá de ser votado no Plenário do Senado.

O autor da proposição original é o senador César Borges (PR-BA), que a apresentou em 2004. Ele destaca que sua proposta estende aos portadores de doenças graves o benefício que a lei já concede aos idosos a partir dos 65 anos, em face da demora na prestação jurisdicional. Além disso, reduz a idade exigida dos idosos: de 65 para 60 anos.

Em 2005, após ser aprovada pelo Senado, sua proposta foi enviada à Câmara dos Deputados, tendo retornado ao Senado no ano passado. O atual relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), elaborou então um substitutivo ao projeto, texto que foi acolhido ontem pela CCJ.

Suplicy afirmou que seu substitutivo faz uma síntese das "preocupações manifestadas tanto no projeto original de César Borges como durante a tramitação na Câmara". Entre as medidas introduzidas por Suplicy, está a que prevê a elaboração a cada seis meses, pelos ministérios da Saúde e do Trabalho, de listas com as doenças graves que dão direito à prioridade em processos judiciais e administrativos.

Projeto regula anuidades nos conselhos de contabilidade

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça substitutivo ao projeto de lei (PLS 566/07) que trata da fixação, atualização e cobrança de anuidades pelos conselhos regionais de contabilidade (CRCs). Se o profissional for contador, deverá recolher valor anual equivalente a R\$ 315 no exercício inicial de vigência da proposta. O técnico em contabilidade fica sujeito anuidade de R\$ 284.

O substitutivo da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), autoriza os conselhos tanto a reduzir como a promover a atualização anual desses valores, mas tendo como limite a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Pessoas jurídicas prestadoras de serviços contábeis recolherão com base em escala fixada na proporção da quantidade de sócios, colaboradores e empregados.

Apresentada pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), contador profissional, a proposta vai agora ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Audiência sobre extinção de terreno de marinha

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai realizar, em data a ser marcada, uma audiência pública para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue o instituto do terreno de marinha, referente a faixas de terra situadas na costa brasileira e nas margens de rios e lagoas cujo domínio pertence à União.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) é um dos autores da PEC 53/07, que recebeu voto favorável de seu relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O relator destacou que a proposta determina, "na maior parte dos casos", a transferência das áreas caracterizadas como terrenos de marinha para os municípios.

Entre os convidados previstos para a audiência estão Alexandra Reschke, secretária de Patrimônio da União, um representante do Ministério das Cidades e outro do Ministério do Meio Ambiente.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ideli Salvatti (PT-SC) foram os autores do requerimento de audiência.

Audiência pública revela a necessidade de uma legislação que assegure ao país o controle sobre as áreas rurais em território nacional arrendadas por estrangeiros

Falta controle sobre as terras compradas por estrangeiros

O Brasil não dispõe de legislação que assegure o controle sobre as terras que estão sendo compradas ou arrendadas por estrangeiros, afirmou o coordenador-geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, Fernando Queiroz Oliveira. Ele participou de audiência pública sobre o tema promovida pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, reconheceu a existência de lacunas na lei, dificultando a atuação do órgão. Destacou ainda o aumento do interesse de estrangeiros por terras no país, movidos por novas oportunidades de negócios, como a produção de biocombustíveis. De acordo com Hackbart, há 5,5 milhões de hectares sob controle de estrangeiros – sendo 3,1 milhões na Amazônia – registrados no Incra, mas não há como determinar o número total.

Como forma de reduzir os pro-



À mesa (D/E), Fernando Oliveira, Marisa Serrano, Rolf Hackbart e Ronaldo Jorge

blemas, o consultor da Advocacia Geral da União (AGU) Ronaldo Jorge Araújo Júnior informou que poderão ser ampliadas as restrições legais para compra de terras por empresas brasileiras com controle estrangeiro, como resultado de estudo que está sendo coordenado pela AGU.

Fronteira

Também foi discutida na audiência sugestão de se estabelecerem mudanças na largura da faixa de fronteira dos estados brasileiros limítrofes com outros países. Con-

forme proposta do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), aprovada em fevereiro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a faixa de fronteira desde Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul poderá ser reduzida dos atuais 150 quilômetros para 50 quilômetros.

A proposta original (PEC 49/06) previa a redução também na região amazônica, mas o relator, senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA), manteve os atuais 150 quilômetros naquela área.

Casagrande pede urgência na regulamentação

Estabelecer uma legislação reguladora do comércio de terras no Brasil “é uma questão de soberania nacional”, afirmou Renato Casagrande (PSB-ES) durante a audiência. O senador sugeriu ao governo que envie projeto de lei regulamentando a situação e pediu agilidade do Congresso em deliberar sobre a matéria.

– É preciso que tenhamos leis claras para situações em que empresas brasileiras são vendidas a empresas estrangeiras, com controle de capital externo – reforçou, manifestando preocupação com notícias sobre entidades que oferecem áreas para estrangeiros sob o pretexto de proteção ambiental.

João Pedro (PT-AM) também defendeu maior rigor sobre o acesso de estrangeiros a terras na Amazônia e mais clareza na relação de proprietários rurais com os cartórios. Na opinião do petista, o interesse de estrangeiros não é na terra, mas na madeira e nos demais recursos naturais.

O senador defendeu uma nova legislação fundiária que considere as populações locais e o controle rigoroso sobre as riquezas do país.

Já Gilberto Goellner (DEM-MT) considerou positivo o interesse de investidores estrangeiros na agricultura brasileira. Segundo informou, grandes grupos do país estão colocando ações em bolsas nacionais e do exterior na busca de sócios para investir tanto na produção de alimentos como na geração de energia.

Atuação do Incra recebe crítica de senadores

A atuação do Incra foi criticada pelos senadores Valter Pereira (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Osmar Dias (PDT-PR) e Kátia Abreu (DEM-TO) durante a audiência realizada ontem.

Kátia Abreu acusou a atual gestão do Incra de “desrespeitar o direito de propriedade”. Sobre a reforma agrária em Mato Grosso do Sul, Valter afirmou que “o que está acontecendo no estado é um processo de favelização dos assentamentos”.

Para Osmar, as posições assumidas pelo presidente do órgão, Rolf Hackbart, “ignoram as contribuições do agronegócio para o desenvolvimento do país”. Hackbart aponta o preço das commodities, em especial a madeira e o gado, como o grande incentivador das derrubadas na região Norte. “O agronegócio é responsável por um terço das exportações brasileiras”, defendeu Kátia.

De acordo com Flexa Ribeiro, os assentamentos de reforma agrária são os principais responsáveis pela devastação da Floresta Amazônica. Por questão de sobrevivência, disse, os agricultores são compelidos a usar os recursos florestais.

Sobre a discussão a respeito da largura da faixa de fronteira, Osmar Dias e Kátia Abreu opinaram que o governo deve manter o controle nas fronteiras, porém, sem a necessidade de regras restritivas para o uso das terras nas áreas limítrofes.

– Os proprietários de terra são os que mais defendem a fronteira – argumentou Osmar Dias.

CCT aprova regulamentação da profissão de analista de sistemas

O projeto que regulamenta o exercício das profissões de analista de sistemas e de técnico de informática foi aprovado ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A proposta (PLS 607/07), de Expedito Júnior (PR-RO), será agora encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

O parecer favorável de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) excluiu da proposta original, por sugestão de Renato Casagrande (PSB-ES), a possibilidade de criação de conselhos federal e regionais de informática, já que conselhos federais são autarquias e a concepção desses órgãos é prerrogativa do Poder Executivo.

De acordo com o texto, a profissão de analista de sistemas somente poderá ser exercida por pessoas que possuam diploma de nível superior em Análise de Sistemas, Ciência da Computação ou Processamento de Dados. Já para o técnico de informática a proposta determina a comprovação de diploma de ensino médio ou equivalente de curso técnico de Informática ou de Programação de Computadores. Esses diplomas devem ser expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas.

A CCT aprovou na mesma reunião 11 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão, autorização ou permissão de funcionamento de empresas de radiodifusão sonora, de sons e imagens ou comunitária.



ACM Júnior (E), Eduardo Azeredo, Casagrande e Flexa Ribeiro durante reunião da CCT

Grupo de senadores vai sistematizar leis sobre televisão por assinatura

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Wellington Salgado (PMDB-MG), indicou os senadores que vão integrar o grupo de trabalho criado para reunir e sistematizar a legislação sobre televisão por assinatura.

O grupo, que deverá propor uma regulamentação geral para o setor, será composto por Renato Casagrande (PSB-ES), Cícero

Lucena (PSDB-PB), Augusto Botelho (PT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O trabalho será coordenado por Antonio Carlos Magalhães Júnior (DEM-BA).

A criação do grupo foi decidida em dezembro de 2007, quando a CCT debatia o projeto que reserva um canal de TV a cabo para o governo federal (PLC 29/05).

Plenário acolhe voto de louvor a Davi Uip

O Plenário do Senado aprovou voto de louvor ao dr. Davi Uip, que deixou os cargos de diretor-presidente da Fundação Zerbini e de diretor-executivo do Instituto do Coração (Incor) na última segunda-feira. A proposta foi requerida por José Sarney (PMDB-AP).

Sarney lembrou que o infectologista chefia o programa de ajuda aos países africanos para combate à pandemia da aids.

Comissão elabora novo regimento

Os senadores aprovaram requerimento proposto pela Mesa para criar comissão temporária interna para apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal, elaborado ainda na década de 1970.

O prazo inicialmente estipulado para a elaboração da proposição é de 90 dias. A comissão deverá ser composta por cinco senadores.